EM BUSCA DA HETEROGEINIDADE: A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA SOB UMA PERSPECTIVA ORIENTADA A ATOR NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Daniela GARCEZ WIVES[1]
Carlos G. A. MIELITZ NETTO[2]

Resumo: O cultivo da banana configura-se como uma das produções de maior expressão comercial da Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Tal produção apresenta dois grupos de sistemas de produção: um que utiliza preceitos convencionais e outro de base ecológica. Este trabalho tem como foco apresentar argumentos que levem ao entendimento da heterogeneidade que o meio rural apresenta. Para tanto, utilizou-se a perspectiva orientada a ator empregada por Norman Long. Percebeu-se que algumas características da agricultura de base ecológica correspondem à produção de um alimento diferenciado, à tradição, à capacidade de dar um novo sentido ao lugar e ao entendimento de por que os agricultores buscam alternativas para solução de seus próprios problemas, sendo esse um processo social altamente complexo.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; perspectiva do ator; agricultura de base ecológica.

Abstract: The cultivation of banana is configured as the most expressive commercial production of the northern coast micro-region of Rio Grande do Sul. Such production has two production systems groups, one that uses conventional rules and another of ecological basis. The present work focuses on presenting arguments to ease the understanding of the heterogeneity shown by the agriculture. Thus, we use an actor oriented perspective that was developed by Norman Long. In this sense, we have noticed that some features of the ecological based agriculture correspond to the production of differentiated food, in the sense of tradition, ability to give new meaning to the place where it is produced and also in relation to the understanding about how farmers had searched for alternatives to solve their own problems, given that this is a extremely complex social problem.

Key words: rural development; actor-oriented perspective; ecological farming.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta argumentos em favor do entendimento da heterogeneidade apresentada pela agricultura, utilizando para tanto, a perspectiva orientada a ator desenvolvida por Norman Long. Este concentrou seus estudos para analisar de que forma as intervenções externas interagem sobre os mundos de vida dos indivíduos ou grupos sociais, ou seja, como os atores demonstram diferentes respostas para circunstâncias estruturais iniciais semelhantes. O que por sua vez, promoveu um novo modelo de análise teórica de como se dá a diversificação dos modos de vida. Assim propondo uma nova noção de estrutura que seria mais adequada para resolver o impasse ou lacuna dos modelos estruturais anteriores.

Em face do processo da mudança social, Long argumenta que é necessário explorar uma abordagem teórica mais direta e orientada, a atores, a qual oferece uma conceituação de

[1] Daniela GARCEZ WIVES é mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. E-mail: garcezd@gmail.com
[2] Carlos G. A. Mielitz Netto é doutor em Economia e Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. E-mail: mielitz@ufrgs.br

estrutura mais adequada ao entendimento do desenvolvimento. Para tanto, debruçou-se na busca do entendimento dos processos de mudança nos quais as formas sociais surgem e como são modeladas quando re-trabalhadas na vida cotidiana dos indivíduos.

Nesse sentido, é necessário ressaltar o esforço despendido por Long, buscando reconciliar uma análise estruturada dos processos produtivos com a perspectiva orientada a ator, focalizando o setor rural, por considerar a sua importância. Seu trabalho se baseia em entender como os agricultores moldam os padrões de desenvolvimento e como diferentes agricultores definem ou operacionalizam seus objetivos e práticas de gestão com referência em distintos critérios, interesses e experiências (Long, 1994).

O presente artigo utiliza uma abordagem teórica e analítica para viabilizar a compreensão dos princípios dos conceitos da perspectiva voltada a ator. Buscando perceber a possibilidade da utilização da abordagem do ator para entender as estratégias de desenvolvimento sustentáveis de agricultores do Litoral Norte do RS. Este estudo se divide em cinco partes. Na primeira seção apresenta-se uma análise dos modelos estruturais de desenvolvimento. Na segunda discute-se o paradigma orientado a atores. Na terceira apresenta-se a importância da agência humana e poder. Na quarta indica-se a relevância da perspectiva orientada a ator para a análise do espaço agrário, sua inerente heterogeneidade e sistemas agrários. Na quinta analisa-se a aplicabilidade da perspectiva orientada a ator para analisar as estratégias de desenvolvimento empregadas no caso dos agricultores ecológicos do Litoral Norte do RS. Na última seção lançam-se alguns apontamentos e sugestões.

II. MODELOS ESTRUTURAIS, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Para que se expliquem os fundamentos teóricos e metodológicos da perspectiva orientada a ator faz-se necessário um amplo e longo estudo dos fundamentos das visões dos modelos estruturais de desenvolvimento mais recorrentes. Considera-se que esses se apresentam insuficientes como arcabouços explicativos, por não sofrerem apenas de um fatalismo corrente e ou determinista, como também por não engendrarem a capacidade do homem em modificar a direção da sociedade e realizar sua própria história.

Long (2001, 1992) ressalta que as teorias sociológicas desde a Segunda Guerra Mundial baseiam-se em conceitos de modernização: nos anos 50, de dependência, nos anos 60, economia política, nos anos 70, e, em algum nível, de um mal definido pós-modernismo, e nos anos 80, geralmente tendo concentradas as suas análises nos termos dos conceitos extraídos da teoria da modernização. A qual adotava uma perspectiva estrutural ou a perspectiva institucionalista baseada em alguma variedade de análise política da economia.

Esta fase mais atrasada da pós-modernidade é descrita por Long como tendo "(...) muitos níveis, mesmo entre correntes marxistas estruturais (...)" (1992, p.19), envolvendo a desconstrução de precedentes ortodoxos.

A teoria da Modernização, de acordo com Long (2001, 1992), vislumbra o desenvolvimento em termos de um direcionamento constante em direção a formas tecnologicamente e institucionalmente mais intrincadas e integradas da sociedade moderna. Este processo é ajustado, de acordo com Long, como sendo:

> (...) no movimento e mantido com a participação crescente em mercados de commodities através de uma série de intervenções que envolvem transferência de tecnologia, do conhecimento, dos recursos e do papel organizacional do setor mais desenvolvido de um país às partes menos desenvolvidas (Long, 1992, p.17).

Ainda segundo Long (2001, 1992) as sociedades ditas tradicionais seguem um movimento que as conduz para o mundo dito moderno. Assim, paulatinamente, seu modelo econômico e padrões sociais engendram os preceitos da modernidade, mesmo que para tanto, como salienta o autor, existam momentos de crise, em âmbitos institucionais culturais, que são pressionados a se remodelar sob os efeitos dos fatores exógenos, que são os promotores destas mudanças.

Não obstante, conforme Long (1992, 1994, 2001), as teorias marxistas e neo-marxistas da economia política obrigam, de certo modo, a natureza exploratória desses processos, conferindo-lhes a tendência expansionista inerente do capitalismo mundial e o seu imperativo constante de criar novos mercados, aumento do nível da extração do excesso e acumulação de capital.

Como argumenta Long:

> (...) a imagem é aquela de interesses do capitalista, estrangeiro e nacional, subordinando (e minando provavelmente a longo prazo) modalidades não capitalistas e relações da produção e integrando-as em uma correia foto-receptora desigual de relações econômicas e políticas. (Long, 1992, p.19).

Ainda que a simultaneidade e o grau de integração dos países na economia política do mundo variem, a conseqüência estrutural é semelhante. Eles são obrigados a ligar-se ao sistema por seus sócios mais ricos e politicamente mais poderosos, gerando, muitas vezes, um perverso desordenamento das práticas sociais, como argumenta Giddens "(...) para o estruturalismo, entretanto, a estrutura (nos sentidos divergentes atribuídos ao conceito) tem primazia sobre a ação e suas qualidades são fortemente acentuadas." (1989, p.2).

Como argumenta Long (1994), os modelos estruturais dominantes são semelhantes, e ambos vêem o desenvolvimento e a mudança social decorrendo inicialmente a partir de centros externos - na forma de intervenção pelo estado ou interesses internacionais - e seguindo algum caminho determinado e abrangente de desenvolvimento. Processo esse que passa a se estabelecer guiado por estágios de desenvolvimento distintos, os quais se dão pela seqüência de modos de produção dominantes ou da sucessão de regimes diferentes do capitalismo.

Essas forças externas são chamadas a condicionar as vidas dos povos reduzindo sua autonomia e, no limite, minando o papel que exercem as relações locais de cooperação e de solidariedade, não obstante argumenta com Long:

> (...) tendo como resultado o papel redutivo da autonomia, conduzindo à diferenciação sócio-econômica e um controle centralizado maior por grupos poderosos, por instituições e por empresas econômicos e políticos. (Long, 1992, p.19).

O autor enfatiza que não parece importar muito se a preeminência do estado está fundamentada em um modelo capitalista ou em um sistema de idéias socialista, desde que ambos envolvam tendências para a incorporação e a centralização. Assim ele afirma que, "(...) ambos os modelos são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas de mudanças sociais (...)" (1992, p.20).

As teorias neo-marxistas e modernizantes enfatizam o caráter exploratório e a tendência expansionista inerente ao capitalismo. Entretanto, para Long (1992, 2001) e Giddens (1989), dentro dos modelos estruturais é concedida prioridade ao significado da explicação sobre a ação e suas qualidades restritivas. Desta forma a questão central focou-se na revisão e reavaliação do entendimento de como os conceitos de ação, significado e subjetividade, devem ser especificados; como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção. Deste modo rompendo com modelos de estudos sociológicos. Os quais se assentam num imperialismo do sujeito, ou seja, o funcionalismo e o estruturalismo que propõem um imperialismo do objeto social. Long parte dos esforços despendidos por Giddens em formular uma teoria da estruturação que coloca fim aos esforços de estabelecimento de impérios. Buscando estabelecer por meio das ciências sociais o estudo da totalidade social, para entender a heterogeneidade da ação social por meio de um novo paradigma orientado a atores, a partir de um re-elaborado modelo de estrutura.

III. UM PARADIGMA ORIENTADO A ATORES

O paradigma orientado a atores sempre serviu como contraponto para a análise estrutural, pois até recentemente, ela não era muito bem articulada dentro da literatura sobre desenvolvimento rural. A abordagem do ator possibilita que se tenha um foco inicial voltado na explicação das respostas diferenciais para circunstâncias estruturais similares, mesmo se as condições parecerem relativamente homogêneas (Long, 2001). Com isso, assume-se que os padrões diferenciais emergentes são, até certo ponto, criações dos próprios atores.

Os atores sociais, segundo Long,

> Não são simplesmente vistos como categorias sociais desincorporadas ou recipientes passivos de intervenção, mas participantes ativos que processam informações e elaboram estratégias nos seus comportamentos ou procedimentos com vários atores locais, assim como instituições externas (Long, 1994, p64).

Isso faz com que os diferentes padrões emergentes de organização social sejam resultantes das interações, negociações e conflitos sociais, que ocorrem entre os atores de diferentes tipos. Sendo assim, apesar de algumas mudanças estruturais resultarem do impacto de forças externas, a análise não pode ser baseada somente nelas. Elas entram nos mundos de vida3 dos indivíduos e grupos sociais afetados e, por conseqüência, são mediadas e transformadas por esses atores e pelas estruturas locais.

[3] O termo "Mundo de Vida" é usado por Shutz (1962 apud Long, 2001) para desenhar o vivido e o mundo do ator social tomado por dado. De acordo com Long a compreensão da vida social deve concentrar-se na idéia de mundos de vida.

Sendo assim, ainda conforme Long, a estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que resulta tanto da inter-relação ou distanciamento de vários projetos de atores quanto funciona como um importante ponto de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação entre projetos de atores. No entanto, mesmo que se tenha a compreensão de que a estrutura é produto da inter-relação contínua interjogo, do distanciamento e da transformação mútua de diferentes projetos de atores, ela não deixa de ser conceituada como a simples agregação de micro-episódios, situações ou projetos.

Diversas abordagens orientadas a ator surgiram e foram populares ao longo dos anos. No contexto da sociologia geral e antropologia dos anos 60, por exemplo, elas variavam entre os modelos transacionais e de tomada de decisão aos interacionalistas simbólicos e análise de fenômenos. Já entre os cientistas sociais, economistas e alguns antropologistas econômicos, prevalece o modelo generalizado de escolha racional envolvendo a maximização de preferências ou utilidades, por meio de um modelo universal onde "as características centrais codificam as propriedades fundamentais do comportamento humano" é proposto.

IV. A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE AGÊNCIA E PODER

Segundo Long, o conceito ou noção de agência humana, de uma forma mais abrangente, atribui a um indivíduo, ator, a capacidade de processar a experiência social e maquinar maneiras de enfrentar a vida, mesmo sobre as mais extremas formas de coerção. Conforme Long (2001, 1992), sob certos limites físicos, normativos ou político-econômicos. Entre outras restrições e incertezas, os atores sociais são "detentores de conhecimento" e "capazes", resolvendo problemas, aprendendo a intervir nos eventos sociais que ocorrem ao seu redor e a monitorar suas próprias ações, observando, ainda, como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as circunstâncias inesperadas.

Long destaca que o conceito de agência vai além das intenções das pessoas em fazer determinadas coisas, mas incluindo também as suas capacidades efetivas de realizá-las. Long argumenta que "Isso significa para Giddens, que a ação depende da capacidade do indivíduo "fazer diferença" em relação a um estado pré-existente de ocupações ou eventos (...)" (1989, p.12). Isso implica que todos os agentes exercem algum tipo de poder, independente de serem subordinados ou não a alguém. Em relação a isso, Giddens explicita que:

> O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo espaço pressupõe relações regularizadoras de autonomia e dependência entre os atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem algum recurso onde aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades dos seus superiores (Giddens, 1989, p.12).

A noção de agência humana é o cerne que institui um novo impulso para o paradigma do ator social e integrou uma ligação que objetiva reconciliar as noções de estrutura e ator. Salienta-se que a agência vai além do indivíduo, pois só pode se tornar efetiva através das relações sociais que acarreta, necessitando de capacidades de organização.

V. A SIGNIFICAÇÃO TEÓRICA DE UMA PERSPECTIVA DE ATOR PARA A ANÁLISE DO ESPAÇO AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO

Aplicado ao entendimento da mudança agrária, a abordagem orientada a atores expressa a importância de dar peso a como os próprios agricultores moldam os padrões do desenvolvimento agrário. As escolhas dos agricultores em geral são limitadas, porém esses não são apenas simples receptores de informações, como afirmam Long e Ploeg:

> Apesar de suas escolhas serem sempre limitadas por uma falta de recursos críticos, eles não devem ser vistos como os recipientes passivos ou as vitimas de uma mudança planejada, nem como tão cheios de rotina que eles simplesmente sigam regras estabelecidas ou convenções (Long e Ploeg, 1994, p. 69).

Como propõe Long (2001, 1992), os (atores) agricultores desenvolvem em conjunto maneiras criativas para abordar as situações problemáticas e buscar recursos, materiais ou não, especialmente em se tratando de conhecimento tácito derivado de experiências passadas, em um esforço para resolver os problemas.

Sendo assim afirma Long, a questão agrária é um processo multi-facetado, complexo e contraditório, que confronta questões diversas e complexas, tais como, por exemplo, a maneira de relacionar a heterogeneidade ao problema da agregação e como estabelecer relações micro e macro.

Uma característica chave de trabalho (Long, 2001, 1992), é o fato de que a perspectiva do ator busca entender a heterogeneidade no meio rural. Ele não analisa a variação do ponto de vista do desvio de algum modelo médio, ótimo ou genérico, baseado nos princípios de mercado (como os encontrados, por exemplo, na micro-economia, nas teorias neo-marxistas ou no funcionalismo estrutural). Long (2001, 1982) defende que nessas abordagens-padrão, tais modelos podem prover uma explicação para as exceções, ou seja, enfatizando as limitações teóricas metodológicas que estas abordagens têm para com o estudo da mudança social.

Sobreposto ao entendimento da mudança no espaço rural, a abordagem orientada a atores expressa a necessidade de observar a importância de que forma os próprios agricultores conformam os padrões do desenvolvimento agrário. Sendo assim cabe ressaltar que, mesmo que suas escolhas possam ser sempre limitadas por uma falta de recursos críticos, eles não devem ser vistos como os recipientes passivos ou as vitimas de uma mudança planejada. Nem como tão cheios de rotina por seguirem regras simplesmente. Eles também tentam criar espaço para seus próprios interesses, de forma que eles possam se beneficiar de, ou, se necessário, neutralizar, intervenções por grupos externos ou agências.

Uma perspectiva de ator, como afirma Long (2001, 1994, 1992), pelo contrário, inicia-se com a suposição de que diferentes agricultores definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento de cultivo, com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas.

VI. SISTEMA AGRÁRIO

Como argumentam Mazoyer e Roudart (2001), um sistema é formado por um conjunto de elementos que possuem variáveis e características que têm relações entre si e também com o ambiente. O pensamento sistêmico leva em conta categorias como o espaço (a situação como estão postas as coisas no ambiente), a paisagem (como sendo uma construção pessoal do espaço concreto) e o território (espaço que possui uma gestão social). Assim, eles consideram um sistema, como sendo um objeto complexo que troca entre suas partes energia, matéria e informações, tentando desta maneira, apreender a complexidade do sistema em estudo. Segundo Mazoyer e Roudart:

> [...] o conceito de sistema agrário é um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de toda a forma de agricultura real através da análise metódica de sua organização e de seu funcionamento. Este conceito permite-nos também classificar as inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado ou hoje observáveis num número limitado de sistemas caracterizados, cada um, por gênero de organização e funcionamento (2001, p. 43).

Desta forma, Mazoyer e Roudart (2001) definem que um sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às determinações sociais do momento.

VII. PERSPECTIVA ORIENTADA A ATOR E OS AGRICULTORES AGRO-ECOLÓGICOS DO LITORAL NORTE DO RS

Long, como referenciado anteriormente, apresenta uma abordagem teórica e metodológica para análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento - opondo-se às tradicionais análises estruturalistas e institucionalistas - considerando a importância da ação do ator (agricultor) em relação às estruturas tradicionais. Para tanto, Ploeg propõe uma reavaliação e uma re-invenção da arte da agricultura e da localidade (Ploeg et alli, 2000).

No estado do Rio Grande do Sul a cultura da banana praticada no Litoral Norte aponta dois grupos de sistemas de produção diferenciados: um utilizando preceitos convencionais e outro de base ecológica.

Neste espaço, a cultura da banana é produção de maior expressão comercial, a ela se dedicam mais de quatro mil agricultores, os quais são responsáveis por 90,02% da produção total do estado, segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento SAA (2006). Nesta área verifica-se que apenas três dos municípios da Microrregião representam 75,81% da produção gaúcha. Que são os municípios de Três Cachoeiras, com 36.400 toneladas, Morrinhos do Sul, com 15.680 toneladas, e Mampituba, com 30.800 toneladas, o que qualifica o foco do estudo.

A produção do Litoral Norte está relacionada na Tabela 1, que permite acompanhar a produção bananicultora regional através dos principais municípios envolvidos, bem como a importância econômica desta cultura para o litoral norte.

Tabela 1. Produção de Bananas por municípios

MUNICÍPIOS	área colhida		produção		rendimento
	(ha)	% / (RS)	(t)	% / (RS)	(kg / ha)
Três Cachoeiras	2.600	31,32	36.400	35,49	14.000
Mampituba	2.200	26,50	30.800	30,03	14.000
Morrinhos do Sul	1.120	13,49	15.680	15,29	14.000
Torres	167	2,01	2.338	2,28	14.000
Três Forquilhas	250	3,01	1.750	1,71	7.000
Terra de areia	200	2,41	1.400	1,36	7.000
Itati	180	2,17	1.260	1,23	7.000
Maquine	160	1,93	960	0,94	6.000
Osório	130	1,57	910	0,89	7.000
Dom Pedro de Alcântara	120	1,45	840	0,82	7.000
Sub total	7.127	85,86	92.338	90,02	12.956
RIO GRANDE DO SUL	8.301	100,00	102.571	100,00	12.356

Fonte: IBGE / PAM 2006, elaboração: SAA / CEPA / RS.

Para compreender a atual organização dos sistemas de produção empregados pelos agricultores ligados à produção da banana no Litoral Norte, primeiramente buscou-se realizar a reconstrução no espaço e no tempo dos sistemas agrários empregados pelos diferentes grupos sociais que habitaram a Microrregião em questão no decorrer da história. A partir deste resgate foi possível identificar quatro sistemas agrários distintos, não apenas pela forma de apropriação e transformação da paisagem como também pelos meios tecnológicos de transformação da mesma.

O primeiro sistema agrário identificado foi denominado de sistema agrário indígena-caçadores coletores, o qual apresenta vestígios que datam de seis mil anos atrás, encerrando-se em 1680, quando ocorreu a criação de Colônia de Sacramento e a instituição do segundo período chamado de sistema agrário dos tropeiros (1680-1824). Este sistema foi caracterizado pela expulsão dos indígenas da região e pela criação de estradas que facilitavam o transporte de mercadorias entre Colônia de Sacramento, Laguna e São Paulo. O principal produto deste período é o gado, e nele instituíram-se as primeiras instalações fixas (fazendas) da microrregião, situadas na planície costeira. O terceiro período (1824-1950) institui o sistema agrário colonial, que começa com a chegada dos imigrantes europeus. Que se estabeleceram fundamentalmente nas áreas de vertentes na Serra Geral. Estes implantam não apenas novos manejos, mas também novos cultivares, contribuindo para um sistema agrícola mais intensivo e complexo. O sistema subseqüente compreende o período que vai de 1950 até os dias atuais, denominado de sistema agrário produtivista-moderno contemporâneo. Tendo seu inicio marcado pela abertura da rodovia federal BR 101, pela introdução dos pacotes tecnológicas - que propiciaram a artificialização dos meios de produção nos anos 60 e 70, pela ampliação das áreas produzidas e também pela disseminação de novos cultivares (como fumo, hortaliças, banana e outros).

A partir deste ponto foram então caracterizados seis sistemas de produção, sendo os três primeiros convencionais (SP1, SP2 e SP3)[4] e os três últimos de base ecológica (SP4, SP5 e SP6). Cabe salientar que o cultivo da banana é atualmente uma das atividades agrícolas que mais envolve famílias rurais dedicadas à produção agrícola, nas áreas de vertentes na Microrregião em foco.

Nos sistemas de produção convencionais, os resultados obtidos por este trabalho demonstram que os agricultores não atingem as articulações essenciais para operar nesse modelo produtivo. Pelo fato da banana ser normalmente cultivada no padrão de monocultura e, em especial, em pequenas propriedades, limita o grau de exploração das potencialidades das unidades produtivas e em grande medida tende a evidenciar a degradação e os limitantes de cunho ambiental - o que muitos autores definem como crise do sistema convencional de produção. Isto se reflete na renda agrícola obtida por estes agricultores como demonstra a Figura 1.

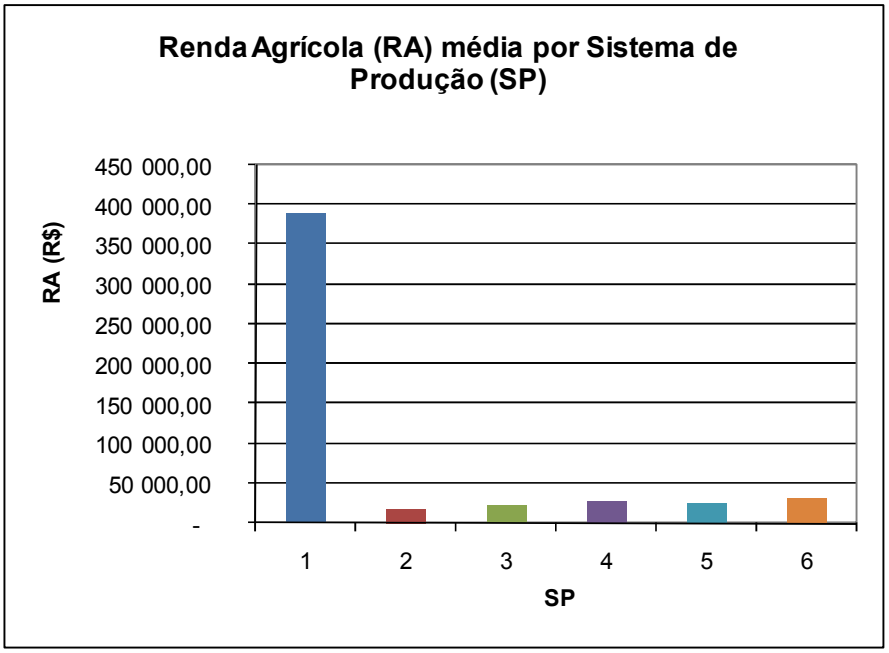

Figura 1: Gráfico da renda agrícola (RA) média por sistemas de produção

Os sistemas de produção convencionais, com exceção de SP1, apresentam os valores mais baixos para este indicador, se comparados aos sistemas de produção de base ecológica. Assim nos sistemas de produção convencionais ocorre geralmente uma busca pela expansão da base de recursos através do estabelecimento das relações de dependência com o mercado e de fatores de produção - o que implica na necessidade dos agricultores em obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos e sem que se dê uma deterioração da qualidade destes recursos. Ou seja, o baixo nível de tecnificação e o alto índice de externalidades. Ou seja, e de dependência da maioria dos produtores desta cultura do mercado, leva à falta de recursos excedentes, fator este que limita a qualidade e a quantidade da produção, ocasionando uma degeneração da unidade produtiva.

[4] Cabe salientar que mais de 60% das unidades produtivas dedicadas ao cultivo da banana na Microrregião do Litoral Norte do RS encontra-se vinculadas aos sistemas de produção convencionais SP1 e SP2.

No entanto, no caso Microrregião do Litoral Norte, a singularidade da agricultura ecológica vem configurando-se na resposta de agricultores que têm seu principal expoente no trabalho desenhado pelo Centro Ecológico Ipê – Litoral Norte – Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica (CE) (localizado desde 1991, no município de Dom Pedro de Alcântara). Este trabalho vem alterando a geografia da produção e proporcionando uma reorganização total, do modelo convencional para o de base ecológica. Os agricultores encontram-se dispersos no espaço coberto pelo CE, e são diferentes entre si, apresentando diferentes configurações de domínio social, como família, mercado, estado e instituições.

Como salienta Goodmam (2004), existe muito espaço de resistência, diversidade e possibilidades, que permitem o desenvolvimento de estratégias alternativas àquelas perseguidas no sistema agro-food convencional, como práticas ecológicas de produção e relações de confiança e tradição.
Ao longo do tempo, os agricultores ligados aos sistemas de produção de base ecológica desenvolveram modelos distintos, específicos e práticas ou manejos de como sua lavoura deve ser organizada. Assim, construindo uma rede alternativa de produção e relação com o mercado, operam em cadeias curtas (face-to-face). Estas redes, como argumenta Goodman, "(...) são definidas em termos de qualidade, transparência (...)" (2004, p 5) bem como a localidade. Tais redes emergentes estão assinalando uma mudança contrária ao sistema industrializado e convencional, em direção a um regime localizado de alimento e agricultura.

Quanto às relações de produção, nos sistemas de base ecológica se enfatiza a qualidade, estratégias para agregar valor à produção, novas social-tecnologias espaciais e nichos de desenvolvimento. Em relação à comercialização, esta se pauta na importância do conhecimento do lugar ou da origem dos produtos, e a comercialização se dá "face-to-face" baseando-se eminentemente em cadeias curtas, em relações de confiança. Nos sistemas de base ecológica, analisados por este estudo, pode verificar-se que as decisões tomadas pelos agricultores estão baseadas em preferência de valores, recursos, e relacionamentos e nos conhecimentos disponíveis. Desta forma confirmando as proposições de Long, 2001.

A banana produzida por esses agricultores é basicamente direcionada para feiras ecológicas localizadas inicialmente na cidade de Caxias do Sul, e expandindo-se posteriormente para as cidades de Canoas e Porto Alegre. Isso possibilitou uma aproximação dos produtores rurais com os consumidores finais, proporcionando para ambas as partes trocas de experiências, que estimulam uma nova forma de ver a produção fundada na importância do conhecimento do lugar ou da origem dos produtos. A este respeito pode-se afirmar que novos mercados estão sendo construídos, valorizando a produção dos alimentos regionais, locais, tradicionais do lugar pelos atores.

Além da comercialização da produção nas feiras, alguns agricultores também direcionam parte de sua produção para programas do Governo Federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que a distribui a creches e escolas públicas de cidades da Serra e do Litoral Norte.

Apesar de haver inter-relações claras entre sistemas de produção e conjuntos específicos de relações sociais, não se faz claramente inviável construir padrões causais não lineares nos quais esses estilos de produção emergem como efeitos diretos de causas particulares. Confirmando as proposições de Long (2001) pode-se relacionar grande parte desta população rural dedicada ao cultivo da banana atrelada à mercantilização, a qual está claramente ligada à direção e ao ritmo de crescimento no nível agro-empresarial e, onde alguns atores buscam um espaço de reação e ação.

Para Ploeg (2006) existem padrões de conexão, que determinariam a heterogeneidade observada no espaço rural, denominados por ele de "estilos de produção". Os quais, de acordo com Ploeg, eles são:

> (...) são o produto material, simbólico e relacional dos fluxos estrategicamente ordenados através do tempo (...) tomados em seu conjunto eles compõem uma heterogeneidade bastante ampla que vai de diferentes formas de agricultura camponesa, de um lado, via combinações altamente complexas, até diferentes expressões de agricultura empresarial de outro (Ploeg, 2006, p.30)

Desta forma, de acordo com Long (2001), em um dado contexto econômico, muitos diferentes sistemas produtivos são provavelmente encontrados alguns fortemente ligados aos mercados e outros suficientemente longe deles para permitir espaço considerável para manobra (como, por exemplo, os agricultores ligados aos sistemas de produção de base ecológica).

Alguns agricultores distanciam ativamente seus processos de trabalho do mercado e outros se engajam neles. Relações de mercados são pelo menos mediadas, se não ativamente planejadas e construídas pelos próprios atores.

Desta forma os agricultores dos sistemas de produção de base ecológica têm demonstrado as especificidades encontradas nas relações, no interior da base dos recursos, e como são apropriados e significados por estes atores. Assim torna-se possível inferir que os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade.
Para os agricultores ligados aos sistemas de produção de base ecológica é necessariamente esta composição que, conseqüentemente, possibilita muitas distinções sociais que dão sentido às diferenças que se formam nas práticas locais de agricultura. O que por sua vez implica em um espaço multifacetado e heterogêneo de desenvolvimento.

Finalmente, a partir dos dados deste trabalho, é possível afirmar que os sistemas de produção de base ecológica relacionam de forma mais eficiente as interações existentes entre os diferentes elementos, como paisagem, diversidade vegetal e mão-de-obra, os quais em determinada medida determinam seu rendimento. Estes sistemas apresentam uma produtividade média mais elevada, se comparados aos sistemas convencionais (exceto o sistema de produção SP1), como demonstra a Figura 2.

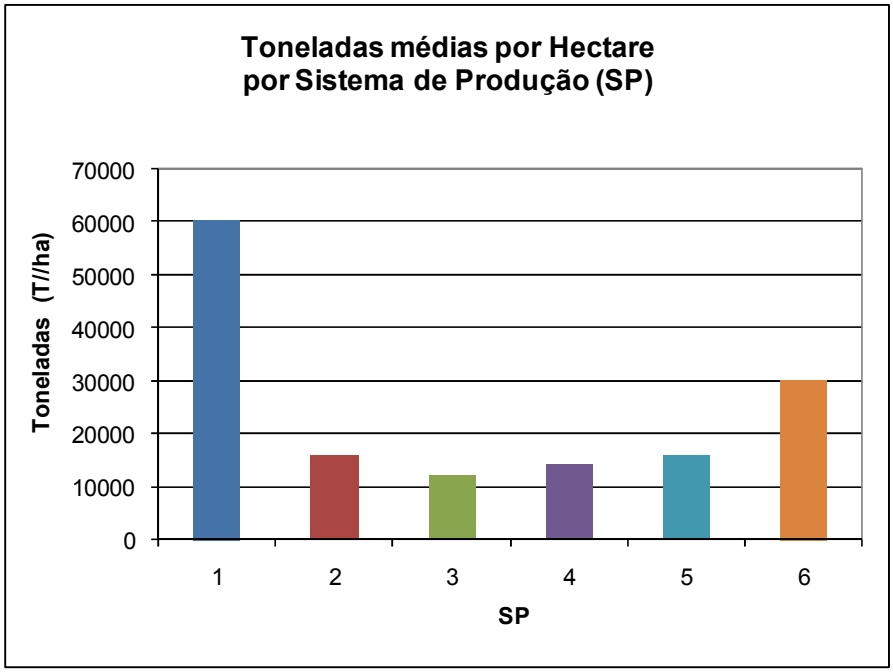

Figura 1. Gráfico da média de toneladas por hectare, por sistema de produção

Os agricultores que empregam o sistema de produção de base ecológica se utilizavam, primeiramente, de um sistema de produção de natureza convencional, similar aos sistemas SP2 e SP3. Entretanto, eles migraram para outro sistema, o de base ecológica. Assim, é possível confirmar o que sugere Long 2001, quando, na análise dos sistemas de produção que apresentam uma mesma dinâmica considerando o tempo e o espaço até um dado momento e a partir dai constroem histórias e trajetórias distintas. Deste modo, considerando-se a diversidade destes, pode-se entender como determinadas explorações com conjunturas iniciais aparentemente iguais não têm a mesma evolução (como foi o caso dos sistemas de produção analisados por este estudo). Que até meados dos anos noventa apresentavam uma dinâmica muito semelhante. Entretanto, alguns deles modificaram seus modelos produtivos - como é o caso dos sistemas de produção de base ecológica, e outros se mantiveram praticando um sistema de produção convencional.

Guardando-se as devidas proporções e limites do trabalho aqui apresentado, é possível verificar que esses sistemas nascem da organização de recursos, no tempo e no espaço, para que os agricultores (ao nível do individuo) atinjam seus objetivos pessoais, sejam eles de caráter econômico, cultural ou produtivo. Este estudo percebeu a importância das escolhas entre as possibilidades de implementar diferentes funcionamentos técnicos e econômicos, os quais se deram de acordo com os próprios objetivos e com as percepções destes agricultores. Isso porque, em relação à principal motivação para ao focar sua atividade no cultivo da banana, 67% a escolheram por ser uma tradição familiar, e 100% se consideram agricultores familiares nos sistemas de base ecológica (como demonstram as Tabela 2 e 3 em apêndice). Já no caso dos agricultores dos sistemas convencionais, sua inserção no sistema convencional está baseada em variáveis distintas, como trabalho, produção intensiva entre outros, com o intuito de atingir uma maior lucratividade.

Segundo os agricultores ligados aos sistemas de produção de base ecológica, os motivos dos critérios de escolha do sistema de produção, se fizeram observando os critérios de qualidade do produto e oportunidade de comercialização diferenciada, o que tende a demonstrar a capacidade de re-socializar ou re-espacializar o alimento e sua produção. Emana uma nova perspectiva de desenvolvimento nesta relação entre agricultores, padrão produtivo, relações sociais e questões econômicas. Este "novo" padrão está, sem dúvida, incluído dentro da produção gerida pelos atores que romperam com o sistema estrutural vigente. Deste modo explica-se a emergência de redes alimentares alternativas e a variada natureza do critério de qualidade, trazendo arraigada em seus fundamentos a igualdade social, dentro de uma agricultura coerente com os padrões de desenvolvimento ecologicamente mais viáveis e sustentáveis.

Entretanto, é importante enfatizar que a discussão anterior não deveria ser considerada a implicar que mercados, instituições de estado, tecnologia, ecologia e outras ditas externalidades, sejam irrelevantes para a análise da prática agrícola e heterogeneidade contida nela, ou seja, são importantes, mas não sua causa ou determinante.

Este cenário aponta para uma agricultura sustentável, operando em curtas cadeias produtivas e em pequenos estabelecimentos. Mantendo, por meio da utilização do ferramental ecológico, uma interface onde os atores sociais podem expressar sua reação aos modos estruturais convencionais homogeneizantes de desenvolvimento rural, propondo assim uma nova relação. Porém ressalta-se que a articulação do agricultor com o espaço não pode ser compreendida unicamente como uma estrutura metodológica individualista (que conceitua os agricultores como tomadores de decisões independentes). E por outro lado, nem como um padrão estruturalista. As inter-relações estabelecidas pelos atores não podem ser vistas como um conjunto sem corpo de condições externas.

VIII. CONCLUSÕES

Como resultado primeiro desta pesquisa se destaca o poder explicativo da perspectiva orientada a ator para compreender de forma mais profunda a realidade dos agricultores voltados para a produção de base ecológica do Litoral Norte do RS. Entre esses agricultores emergem os fundamentos de um modelo de desenvolvimento em que o ator não se encontra totalmente atado às estruturas. A perspectiva orientada a ator possibilitou o entendimento de por que os agricultores buscaram alternativas para solução de seus próprios problemas. Justaposto ao entendimento da modificação agrária, a abordagem orientada a atores, confere a significação para que se mostre a heterogeneidade dos espaços agrários. E a importância de considerar como os próprios agricultores moldam os padrões do desenvolvimento agrário. As escolhas dos agricultores, em geral são restringidas, porém estes não são apenas receptores de informações, passivos e inertes. Uma contribuição proporcionada por este estudo, mesmo que tímida, se assenta nas observações relacionadas às motivações e representações dos agricultores ao organizarem seus sistemas de produções e cultivo, o que pode explicar as diferenças constitutivas fundamentais entre eles. Este fato pode ser verificado nos sistemas de base ecológica, cuja principal motivação para o cultivo da banana é tradição familiar. Já a inserção dos agricultores nos sistemas de produção convencionais, está baseada em motivações distintas, como trabalho, produção intensiva, lucro entre outros. Nos sistemas de produção de base ecológica, segundo os agricultores, o motivo da escolha se fez observando critérios como qualidade do

produto, tradição e oportunidade de comercialização diferenciada. Esses pressupostos conduzem, de forma não intencional, estes agricultores a dar um novo sentido ao lugar, o qual está associado ao alimento lá produzido, criando uma nova imagem da propriedade ou região, como se ela mesma fosse uma fonte de qualidade e tradição, re-localizando assim o alimento.

Este estudo evidenciou que os sistemas de produção de base ecológica estão mais diretamente ligados às práticas locais, à cultura, à paisagem e aos recursos. Em suma o que se abstrai é que estes demonstram características que podem ser potencializadas enquanto alternativas de desenvolvimento local e/ou endógeno de um território. Portanto, os sistemas de produção de base ecológica analisados neste estudo apresentam resultados que tendem a demonstrar um padrão de desenvolvimento sustentável, não apenas em relação ao ambiente, mas, sobretudo socialmente. Entretanto para que seja possível obter uma melhor compreensão, bem como maiores detalhes e fidedignidade em relação a estas inferências, faz-se pertinente que esta questão seja melhor analisada e discutida em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, A**. A construção da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes,1989, 318p.

GOODMAN, D. **Rural Europe redux?** Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. Sociologia Ruralis, (2004), 44(1): 3-16.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England: Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

LONG, N. e LONG, A. **Battlefields of Knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge, 1992, p.306.

LONG, N. **Introdução à Sociologia do Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1982, 237p.

LONG, N. **Development Sociology:** Actor perspectives. London: Routledge, 2001, 308p.

MAZOYER, M. ; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520 p.

PLOEG, J. D. et. Al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (ed). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p.13-54.

SAA. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Projeto Agricultura em Destaque**, 2001. Disponível em: http://www.agricultura.rs.gov.br/portal/html/tabelas.pdf. Acesso em: 10 out. 2006.

APÊNDICE RESPOSTAS RELEVANTES DADAS PELOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AOS SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Tabela 2: Motivações dos agricultores na escolha de seu sistema de produção

Opções	Quantidade de agricultores (em %)					
	SP1	SP2	SP3	SP4	SP5	SP6
Porque permite lucro	0%	0%	33%	0%	0%	0%
Porque permite o sustento da família	0%	0%	33%	0%	33%	0%
Porque permite ocupação de membros da família	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Porque permite vender o ano inteiro	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Segurança (baixo risco)	100%	33%	0%	33%	0%	33%
Porque é a única alternativa possível/viável na sua propriedade ou em parte dela	0%	0%	33%	0%	0%	0%
Satisfação pessoal	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Tradição familiar	0%	67%	0%	67%	67%	67%
Não sabe fazer outra coisa	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não sabe/não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Tabela 3: Como os agricultores se identificam

Opções	**Quantidade de agricultores (em %)**					
	SP1	**SP2**	**SP3**	**SP4**	**SP5**	**SP6**
Agricultor	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Agricultor familiar	0%	100%	67%	100%	100%	100%
Empresário rural	50%	0%	0%	0%	0%	0%
Trabalhador rural	0%	0%	33%	0%	0%	0%
Produtor rural	50%	0%	0%	0%	0%	0%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.